



ASSOFT

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Relatório e Contas 2017

Edifício Fernando Pessoa - Rua General Ferreira Martins, nº 10, 7º B - 1495-137 Algés

(Página Intencionalmente deixada em branco)

A ASSOFT - Associação Portuguesa de Software foi constituída em 1991 como Associação empresarial, formada por diversas empresas da área de *software*, *hardware* e comunicações, desde produtores nacionais a revendedores e editores internacionais, tendo-lhe sido atribuído o estatuto de entidade pública sem fins lucrativos.

Desde junho de 1994 que a ASSOFT está registada na Inspeção Geral das Atividades Culturais (IGAC) como entidade de gestão coletiva de direito de autor e direitos conexos relativamente aos produtos de *software* (programas de computador código-fonte).

A ASSOFT tem como principais objetivos estatutários a promoção, defesa e divulgação da legalidade, qualidade e integridade do *software* em Portugal e a gestão coletiva de direito de autor e direitos conexos em relação aos produtos de *software* criados e produzidos pelos seus associados e utentes.

Tem como principais atividades: ações de sensibilização e de luta antipirataria, em cooperação com produtores e distribuidores de *software*; defesa do direito de autor e direitos conexos para o *software*, através do registo e depósito de código-fonte; elaboração de contratos de depósito *escrow*; apoio jurídico na elaboração de contratos de utilização e licenciamento; apoio às autoridades policiais e judiciais em peritagens relativas à pirataria e ao crime informático; apoio às empresas produtoras de *software* na sua capacitação e internacionalização.



(Página Intencionalmente deixada em branco)



Mensagem do Presidente da Direção

Caro Associado,

O ano de 2017, na sequência do início da viragem económica sentida em finais de 2016, afirmou-se um ano com um desempenho económico superior a todas as expectativas, inclusive as mais otimistas. O PIB Português cresceu em 2017 2,7%, o maior crescimento desde o ano 2000, a par com o recuo do desemprego para 8,0%, ou seja, para níveis que já não eram vistos desde 2004. É, pois, natural que as empresas de software tenham tido, em média, um bom desempenho neste enquadramento favorável.

Contudo, as empresas ligadas às T.I.C., com particular ênfase nas empresas Portuguesas que desenvolvem software, a par com esta forte oportunidade, enfrentam dois grandes desafios:

- i. um tecnológico, dada a violenta revolução que se está a viver, acelerada pela crescente transferência para a utilização de soluções móveis e de cloud computing, motivadas pela penetração do big data; da internet of things; da Inteligência Artificial; do Blockchain; das cripto-moedas, entre outras tendências, que obriga ao redesenho e à reescrita das aplicações hoje em produção;
- ii. um de recursos humanos, dada a sua escassez para as necessidades do mercado, agravada pelo facto de se estar a assistir a uma crescente penetração no mercado Português de empresas multinacionais ou de outsourcing que, ao trabalharem para mercados estrangeiros, conseguem com rentabilidade inflacionar fortemente os custos dos técnicos.

É precisamente na capacidade das empresas portuguesas de desenvolvimento de software em adaptar os seus modelos económicos de operação ao incremento de custos que irão ter com os seus técnicos, a par com a sua capacidade de investimento nestas novas tendências tecnológicas, adaptando e renovando a sua oferta, que está o nosso maior desafio como Associação. Vemo-nos como a entidade que, mais que nenhuma outra, tem a capacidade e a obrigação de criar parcerias e sinergias que ajudem a indústria portuguesa de software a compreender onde está a sua maior oportunidade, a par com execução de projetos de angariação de fundos comunitários que possibilitem às empresas “aligeirar” as suas necessidades de investimento.

A ASSOFT, na sua ambição de ser um parceiro importante para os seus Associados, desenvolveu e executa um plano de atividades centrados:

1. nas atividades tradicionais de conformidade de licenciamento de software;
2. na interface da indústria de software com organismos governamentais;
3. no apoio aos associados no acesso a fundos comunitários para modernização e internacionalização;
4. no esforço de influência da indústria face ao Governo Português.



Sobre o último ponto, esforço de influência da indústria face ao Governo Português, gostaria de partilhar a estratégia em três vetores adotada, como forma de maximizar o impacto da opinião da indústria face à natural dispersão que o facto da existência de mais de 800 Associações Empresariais impõe ao Governo Português.

Como se pode compreender, o Governo Português tem muita dificuldade em, com eficácia, ouvir todas as Associações Empresariais, já para não falar que, dependendo do tema, se compreende que não as considerara todas ao mesmo nível. Assim, procurando ser mais eficaz, a ASSOFT adotou desde o início deste mandato a seguinte estratégia de contacto com o Governo Português:

- a ASSOFT dirige e dirige contactos diretos com entidades “operacionais” (AT e SS quase em exclusivo) atuando como charneira entre estes organismos e o ecossistema Português de desenvolvimento de software;
- a ASSOFT, em temas centrais ao software (como suporte de formatos para a comunicação com os organismos públicos ou contratação pública de software) dirige e dirige contactos diretos com o Governo e as Secretarias de Estado;
- a ASSOFT, através da sua presença ativa junto de dois grandes parceiros sociais do Governo Português, a CIP, onde pertence ao seu conselho estratégico para as TI, e a CCP, onde, para além de estar na sua direção, está em diversos grupos de trabalho, para dirimir e garantir influência em temas centrais e estratégicos para Portugal, como a Indústria 4.0, a simplificação administrativa ou legislação (como foi o caso recente do RGPD, onde foi conseguida alguma influência positiva para a indústria).

Na execução desta estratégia, a ASSOFT procura auscultar e nalguns casos criar grupos de trabalho, que a ajudem a desenvolver propostas que reúnam o maior consenso possível no universo dos seus associados.

A terminar, uma última palavra para, em nome de toda a atual Direção da Associação, manifestar o nosso apreço e gratidão:

- aos associados e utentes dos nossos serviços, pela confiança que em nós depositam;
- à IGAC, entidade que nos supervisiona, todo o apoio e confiança que em nós depositam, vital para o cumprimento do principal desígnio da ASSOFT – a defesa da Propriedade Intelectual de quem desenvolve e representa *software* em Portugal;
- às entidades com quem nos relacionamos, com particular carinho àquelas com quem estabelecemos protocolos de colaboração, pelo seu prestável e precioso apoio;
- aos nossos colaboradores, pela seu profissionalismo e incansável dedicação.

Cordiais cumprimentos,



Luís Sousa
Presidente da Direção

1 - A ASSOFT

1.1 - O Fundamental

Missão

A promoção e a defesa dos interesses das pessoas e entidades que, em Portugal, produzem e comercializam *software*, estimulando o seu crescimento sustentado e criando condições ótimas para a exportação, com particular enfoque na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Visão

Reforçar o peso institucional e a reputação da Associação, em termos do seu impacto na economia, enquanto representante da indústria de *software* Portuguesa, liderando nos novos temas como a garantia de uma internet transparente e competitiva, a privacidade ou a segurança, a par com a tradicional defesa da Propriedade Intelectual e do combate à pirataria.

Portugal tem condições para desenvolver uma indústria de *software* inovadora e relevante para a sua economia, atendendo à qualidade dos quadros técnicos que possui e forma todos os anos. O seu posicionamento Europeu e a sua natural relevância na Língua Portuguesa dão-lhe uma importante vantagem competitiva em termos de exportação e de internacionalização da indústria Portuguesa de *software* na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Estratégia

A atuação da Associação segue, prioritariamente, quatro vetores estratégicos chave:

- Direito de Autor, Propriedade Intelectual e Conformidade de *Software*;
- Apoio na implementação da nova legislação;
- Desenvolvimento de competências, crescimento sustentado e Internacionalização das empresas Portuguesas de *software*;
- Liderança nos novos temas das Tecnologias de Informação e Comunicação.

1.2 - Factos relevantes em 2017

O plano base de 2017, apesar de algum otimismo no que dizia respeito às perspetivas económicas não deixava de aconselhar prudência, pelo que assentava na manutenção do nível das receitas a par com uma manutenção dos custos por forma a assegurar uma execução em *breakeven* com relativa tranquilidade. Em simultâneo, foram planeados projetos de apoio à economia, assentes em fundos comunitários que, com o objetivo prioritário de ajudar os nossos associados a desenvolver as suas competências e a sua internacionalização.

Desta forma, o exercício de 2017 foi norteado por dois princípios chave:

- manutenção de clara separação da execução nuclear da Associação, cujas receitas advêm das quotas dos associados e dos serviços da ASSOFT, como os depósitos e as auditorias, dos projetos de fundos comunitários;
- desenvolvimento de ações e atividades que incrementem o valor da Associação e dos seus serviços para os associados;

e de cuja execução salientamos os seguintes factos:

- participação ativa no grupo de entidades ligadas às várias vertentes do Direito de Autor, que se alinharam no **Fórum dos Direitos na Internet**, que possui como grande objetivo contribuir para, num momento em que Portugal aposta no aproveitamento do seu rico património material e imaterial, bem como numa nova geração de Empreendedores, na Cultura e na Ciência, desenvolver um quadro legislativo que apoie e incentive o respeito pelos direitos de autor;
- manutenção e revisão contínua do **alinhamento de princípios estratégicos com associações** de grande relevo nas tecnologias de informação e comunicação, das quais destacamos a ANETIE, a iCOMP e a BSA, com quem definimos princípios de colaboração;
- tendo presente que existem hoje de mais de 800 Associações empresariais, o que coloca ao governo acrescidas dificuldades em, com eficácia, ouvi-las, a ASSOFT implementou uma estratégia de contacto com o governo que assenta nos seguintes vetores:
 - i. a ASSOFT dirige e dirige contactos diretos com entidades “operacionais” (destacando a Autoridade Tributária e Aduaneira e a Segurança Social) atuando como “charneira” entre estes organismos e o ecossistema Português de desenvolvimento de software;
 - ii. a ASSOFT, em temas centrais ao software (como o suporte de formatos para a comunicação com os organismos públicos ou a contratação pública de software) dirige e dirige contactos diretos com o Governo e as Secretarias de Estado;
 - iii. para aumentar a sua capacidade de influência no setor das TIC, estabeleceu um protocolo de colaboração e entreaajuda com a ANETIE para termos como as TI e o apoio às empresas;
 - iv. para incrementar a sua capacidade de intervenção está presente ativamente junto de dois grandes parceiros sociais, a CIP, onde pertence ao seu conselho estratégico para as TI, e a CCP, onde, para além de estar na sua direção, está em diversos grupos de trabalho;
- direção e acompanhamento de dois importantes grupos de trabalho a ASSOFT, o de “Normas Legais e Fiscais do Software de Gestão” e o “Privacidade e Proteção de Dados”, que, apesar de poderem ser muito melhorados no seu impacto real, já produziram importantes contributos no que diz respeito a ajudar os nossos Associados (SVAT e eTax Free);
- participação no comité técnico para o projeto de normalização da fatura eletrónica em Portugal, liderado pelo IPQ e o IAPMEI;
- integração da comissão permanente de acompanhamento da reforma do SNC para a Administração Pública;

- execução do Projeto **INTERSOFT III** que arrancou com a sua primeira Missão Empresarial em 2017, missão esta que se realizou nos Estados Unidos da América contemplado duas ações, uma em Los Angeles – IT Summit LA e uma de Imersão em Silicon Valley; esta missão contou com a participação de seis PME's Portuguesas que destacaram a importância da inovação no dia a dia das suas atividades de desenvolvimento tecnológico;
- execução e término físico do projeto **Q-GLOBAL** para a zona norte e centro do País, que teve como objetivo a execução de um modelo de consultoria que possibilite o aumento de competências e o domínio da representatividade em mercados externos para PME's do sector; o projeto Q-GLOBAL apoiou mais de 20 empresas nos seus investimentos ao nível da qualificação, desde transformação digital à proteção dos seus ativos intangíveis;
- execução do projeto **QLX-SOFTWARE SKILLS**, no âmbito do Portugal 2020, para a zona de Lisboa e Vale do Tejo, ação que disponibiliza incentivos a fundo perdido para empresas do sector das TICE que invistam em ferramentas que potenciam os fatores dinâmicos de competitividade das PME's;
- execução do projeto **SIAC** onde foram dinamizadas diversas ações, das quais se destaca o lançamento do Estudo "Patentes de Software - Aspetos Essenciais sobre as Patentes de Software e Proteção da Propriedade Intelectual no que respeita ao Software";
 - o Estudo foi cofinanciado pelo Compete 2020, Portugal 2020 e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, no âmbito do Projeto SIAC número 16201 - "Valorização das empresas no domínio da proteção intelectual e acesso a dinâmicas internacionais" que tem como objetivo a promoção, defesa, divulgação da legalidade, da qualidade e da integridade do software em Portugal e a gestão coletiva de direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos de software criados e produzidos pela indústria;
 - o tema deste trabalho é pertinente devido à forte evolução tecnológica que tem acontecido nos últimos anos na área do software, com as aplicações tão diversificadas onde tem sido implementado e entrando em cada vez mais áreas da vida quotidiana e das empresas, e onde é relevante relembrar a diferença na abordagem às questões de patentes, em particular das patentes de software, na Europa e nos EUA, sendo que Portugal nesta matéria segue uma abordagem alinhada com a do Sistema Europeu de Patentes;
 - o evento contou com a presença de especialistas, agentes de patentes, um examinador do INPI, e de representantes de empresas envolvidas em processos de "Patentes de Software";
- execução do Projeto **MOVE PME**, um projeto de formação-ação que nesta nova edição assumiu um desafio alargado a 92 PME's na região norte e centro do país; o MOVE PME tem como objetivo apoiar as micro, pequenas e médias empresas a atingirem padrões de desempenho mais competitivos, partindo de uma base suportada em formação especializada e outras ações de investimento no negócio e na atividade laboral das empresas;
 - em 2017 o projeto já contava com uma adesão superior a 60% sendo nossa expectativa para 2018 poder dinamizar as iniciativas de formação interempresas com especial foco em temas como a Gestão Estratégica, RGPD e Contratação Pública;
- manutenção e reforço dos protocolos em vigor, nomeadamente com a Inspeção Geral das Atividades Culturais, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Polícia Judiciária, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, a Associação Industrial Portuguesa e a Câmara de Comércio e Indústria.

(Página Intencionalmente deixada em branco)

Handwritten signature or initials in the bottom right corner of the page.

1.3 - Órgãos Sociais

Assembleia Geral

Presidente	Dr. Pedro Duarte (individual)
Secretário	Eng. Fernando Santos (em representação do Sector Zero)
Vogal	Filipe Pais (em representação da OpenText)

Direção

Presidente	Eng. Luís Sousa (individual)
Vice-Presidente	Dra. Sandra Ferreira (em representação da Microsoft Portugal)
Tesoureiro	Dr. António Augusto Telheiro (individual)
Vogal	Dr. Jorge Oliveira (em representação da Oracle Portugal)
Vogal	Dr. Jorge Santos Carneiro (em representação da Sage Portugal)
Vogal	Dr. Cláudio Correia (em representação da Algardata)
Vogal	Dr. Luís Filipe Carvalho (individual)

Conselho Fiscal

Presidente	Eng. Jorge Queiroz Machado (em representação da ITEN)
Vogal	Eng. Jorge Sá Couto (em representação da J.P. Sá Couto)
Vogal	Eng. Jorge Baptista (em representação da Primavera Business Software Solutions)



(Página Intencionalmente deixada em branco)

Handwritten signature or initials in the bottom right corner of the page.

2 - RELATÓRIO DE GESTÃO

2.1 - Principais indicadores

2.1.1 - Número de Associados

	2014	2015	2016	2017	%17/16
Coletivo	222	215	204	194	-4,9%
Individual	130	121	129	120	-7,0%
Outro	37	47	54	58	7,4%
Total	389	383	387	372	-3,9%

2.1.2 - Número de Depositantes

	2014	2015	2016	2017	%17/16
Coletivo	198	190	191	214	12,0%
Individual	14	14	18	23	27,8%
Total	212	204	209	237	13,4%

2.1.3 - Número de Depósitos

	2014	2015	2016	2017	%17/16
Coletivo	1 343	1 548	1 453	1 467	1,0%
Individual	152	178	168	179	6,5%
Total	1 495	1 726	1 621	1 646	1,5%

2.1.4 - Rendimentos

Valores em K €	2014	2015	2016	2017	%17/16
Execução Nuclear ASSOFT	265,4	276,0	278,1	264,6	-4,9%
Quotas e Serviços ASSOFT	247,9	253,7	264,7	261,1	-1,4%
Reembolsos Tribunais	5,2	10,1	12,1	1,0	-91,9%
Subsídios Obtidos	12,3	12,3	1,3	2,5	93,5%
Projetos	570,4	178,0	690,5	1 070,3	55,0%
Total Rendimentos	835,8	454,0	968,6	1 334,9	37,8%

2.1.5 - EBITDA, EBIT, Resultados antes de Impostos e Patrocínios

Valores em K €	2014	2015	2016	2017	%17/16
EBITDA	86,1	25,8	17,3	85,4	393,7%
EBIT	85,1	23,2	14,7	82,9	464,2%
Resultado antes de Impostos	84,9	23,2	14,6	82,9	468,0%
Total Patrocínios	0,0	0,0	0,0	0,0	-

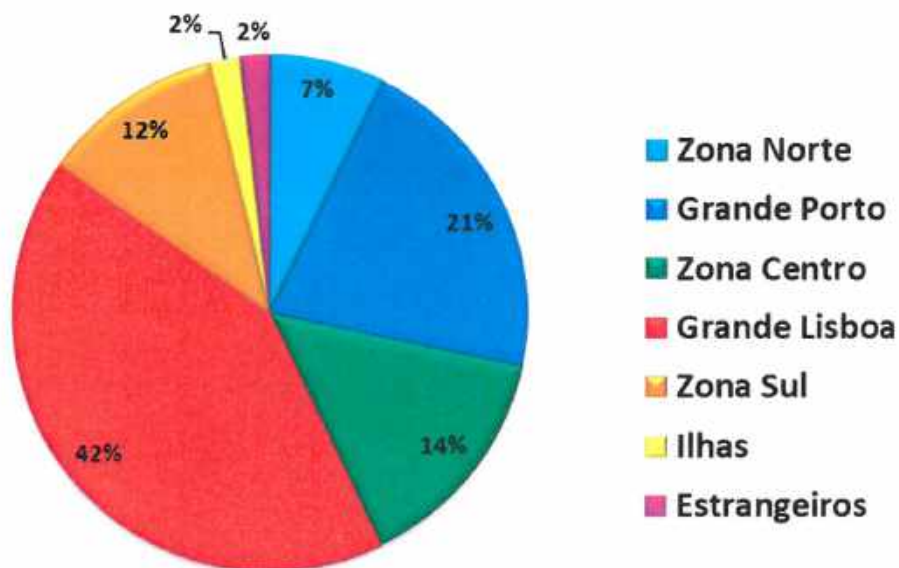
2.1.6 - Idade do Saldo de Clientes a 31/Dez/2017

Idade Saldo	Valor (€)	% Total
Até 30 dias	207 656,99	63,7%
De 31 a 60 dias	74 652,20	22,9%
De 61 a 90 dias	30 317,27	9,3%
Superior a 90 dias	13 365,68	4,1%
Saldo Clientes (31/Dez)	325 992,13	100,0%
Potencial de incobráveis	3 354,79	1,0%

2.1.7 - Atividade Departamento Técnico

	2014	2015	2016	2017	%17/16
Auditorias e Consultoria	8	9	5	5	-
Testemunho em Tribunal	5	1	0	2	-
Perícias com Autoridades	30	34	5	6	20,0%
Total	43	44	10	13	30,0%

2.1.8 - Perfil geográfico dos Associados



2.2 - Demonstração de Resultados de 2017

DEMONSTRAÇÃO (MODELO REDUZIDO) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS			
PERÍODO FINDO EM 31-12-2017		Unidade monetária: Euro	
	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31-12-2016
Vendas e serviços prestados	4	756 033,99	851 815,01
Subsídios, doações e legados à exploração		118 732,80	88 857,66
Variação nos inventários da produção		-	-
Trabalhos para a própria entidade		-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos	5	(1 060 380,78)	(752 865,59)
Gastos com o pessoal	6	(150 955,63)	(186 694,06)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	7	(31 242,30)	-
Provisões (aumentos/reduções)		-	-
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor		-	-
Outros rendimentos e ganhos	8	460 098,04	27 927,42
Outros gastos e perdas	9	(6 868,89)	(11 690,78)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)		85 417,23	17 349,66
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	10	(2 479,03)	(2 656,29)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) (EBIT)		82 938,20	14 693,37
Juros e rendimentos similares obtidos		-	-
Juros e gastos similares suportados	11	(12,62)	(73,23)
Resultado antes de impostos (EBT)		82 925,58	14 620,14
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		82 925,58	14 620,14

O Contabilista Certificado nº. 21620
António Augusto F. Telheiro

António Augusto F. Telheiro

BT

2.3 – Balanço de 2017

Ativo

BALANÇO (MODELO REDUZIDO) EM 31-12-2017			
		Unidade monetária: Euro	
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	10	958,84	2 337,98
Bens do património histórico e cultural		-	-
Propriedades de investimento		-	-
Activos intangíveis		-	-
Investimentos financeiros		480,39	-
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
		1 439,23	2 337,98
Activo corrente			
Inventários		-	-
Clientes	12	325 992,13	209 023,81
Adiantamentos a fornecedores		-	-
Estado e outros entes públicos	13	43 968,51	7 660,70
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros		-	-
Outras contas a receber	14	220 861,39	109 543,08
Diferimentos	15	3 863,19	1 681,28
Outros activos financeiros		-	-
Caixa e depósitos bancários	16	22 472,27	26 554,33
		617 157,49	354 463,20
Total do activo		618 596,72	356 801,18

O Contabilista Certificado nº. 21620
António Augusto F. Telheiro




Fundos Patrimoniais e Passivo

BALANÇO (MODELO REDUZIDO) EM 31-12-2017

Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31-12-2016
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		-	-
Excedentes técnicos		-	-
Reservas		-	-
Resultados transitados	17	133 305,65	118 685,51
Excedentes de revalorização		-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	17	1 000,00	1 000,00
Doações			
Resultado líquido do período	17	82 925,58	14 620,14
Total do fundo do capital		217 231,23	134 305,65
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		-	-
Provisões específicas		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Outras contas a pagar		-	-
Passivo corrente			
Fornecedores	18	244 819,89	43 856,12
Adiantamentos de clientes		-	-
Estado e outros entes públicos	13	8 624,38	7 684,26
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		-	-
Financiamentos obtidos		-	-
Diferimentos		-	-
Outras contas a pagar	14	147 921,22	170 955,15
Outros passivos financeiros		-	-
Total do passivo		401 365,49	222 495,53
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		618 596,72	356 801,18

O Contabilista Certificado nº. 21620
 António Augusto F. Telheiro

António Augusto F. Telheiro

[Handwritten signature]

2.4 - Demonstração dos Fluxos de caixa

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2017	31/12/2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		702 007,90	902 778,97
Pagamentos a fornecedores		925 008,60	829 778,88
Pagamentos ao pessoal		148 111,45	97 863,36
Caixa gerada pelas operações		(371 112,15)	(24 863,27)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		248 297,29	(69 760,33)
Fluxos de caixa das actividades operacionais(1)		248 297,29	(69 760,33)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsidio ao investimento		118 732,80	88 857,66
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		118 732,80	88 857,66
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos proveniente de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de fundos			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			
Redução de fundos			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-	-
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
		(4 082,06)	19 097,33
Caixa e seus equivalentes no inicio o periodo		26 554,33	3 738,83
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		22 472,27	26 554,33

O Contabilista Certificado nº. 21620
António Augusto F. Telheiro





2.5 - Desempenho em 2017 e Perspetivas

O contexto económico e empresarial vivido em 2017, como para a generalidade do mercado, foi de um acelerar moderado da economia. A contenção da estrutura de custos, a par com um foco acentuado na execução de projetos de fundos comunitários, que permitem a afetação dos custos de pessoal da Associação integrados nos projetos, foi a chave para a libertação dos meios necessários para a execução do plano de investimentos.

Em termos líquidos, a ASSOFT viu os seus associados empresariais diminuir em 4,9%, sendo na sua grande maioria empresas que descontinuaram soluções de *software* desenvolvidas internamente, ou seja, empresas cuja atividade não se prende com o desenvolvimento de *software*. O grande desafio das empresas de desenvolvimento de *software* continua a ser a sua capacidade de transformarem os seus produtos para o novo paradigma cloud e mobilidade, no fundo dois dos principais pilares da transformação digital que hoje se vive na economia.

O número total de obras depositadas, foco das atividades de geração de procura da ASSOFT, produziram excelentes resultados com um crescimento global de +13,4% face ao ano transato, e para o qual muito contribuiu o lançamento do estudo “Patentes de Software - Aspetos Essenciais sobre as Patentes de Software e Proteção da Propriedade Intelectual no que respeita ao Software”.

As receitas nucleares da ASSOFT ficaram aquém do plano base de vendas (-4,9%) motivado pela quase inexistência de requisição de serviços de auditoria da ASSOFT prestados aos tribunais, devido a uma forte desaceleração que este governo imprimiu nos seus investimentos no combate à pirataria informática, e que naturalmente se traduziu num aumento da mesma em Portugal. Os lucros obtidos no exercício devem-se, na sua larga maioria, à excelente execução de projetos comunitários que possibilitou a absorção de 55% dos custos com pessoal da ASSOFT, libertando desta forma os fundos necessários para o seu plano de investimentos.

Resumindo, fechamos 2017 com uma situação de balanço estável, sem quaisquer dívidas de médio ou longo prazo, o que nos dá uma grande confiança na capacidade da ASSOFT em cumprir o seu plano para o triénio de 2017-2019.

Infelizmente, a atual conjuntura económica e política, obriga-nos a salientar que se vive uma acentuada redução da atividade fiscalizadora de Portugal no combate à não conformidade do licenciamento de software. Esta quebra é visível nos sucessivos cortes orçamentais dos organismos de fiscalização nacionais, e possui como dano colateral, poder esperar-se no curto prazo um aumento do índice de pirataria em Portugal. Infelizmente, esta situação, traduzir-se-á na ASSOFT na manutenção de uma situação de quase inatividade do seu departamento técnico no seu trabalho de peritagens e testemunhos em tribunal. Por este facto, o plano para 2018 assentará em atividades destinadas a contrabalançar estas perdas com trabalhos de auditoria e apoio de consultoria associados à certificação de software. É neste desinvestimento na atividade fiscalizadora por parte do Governo e do mercado que reside a nossa grande preocupação no curto prazo, com quebras que chegaram a ser superiores a 70%. Reconhecendo que as perícias e serviços aos tribunais, para além de serem uma importante fonte de rendimentos, são uma das principais fontes de prestígio da ASSOFT, em 2018 iremos continuar a incrementar a aproximação às entidades oficiais com o intuito de procurar atenuar, ou idealmente reverter, esta tendência.

No fecho de 2017, o incremento do saldo de clientes, 55% superior ao do fecho do período anterior, bem como o incremento significativo do saldo de fornecedores, 5,6 vezes superior ao do período anterior, deve-se em exclusivo aos fluxos financeiros associados à sazonalidade dos projetos cofinanciados.

Para 2018, na atividade nuclear da ASSOFT, acreditamos poder compensar a quebra dos serviços técnicos motivada pelo desinvestimento do governo na fiscalização e combate à conformidade de software com um crescimento nos restantes serviços, em particular de consultoria e apoio à certificação, pelo que optamos por propor um orçamento da ASSOFT para 2018 que:

- no **plano base**, que corresponde à sua execução nuclear, sem quebras nas receitas da Associação (quotas, depósitos, etc.) e sem quaisquer apoios de patrocínios ou contribuições extraordinárias, por estarmos convictos que serão marginais no futuro devido aos cortes que as empresas têm feito nos seus orçamentos de marketing; e
- no **plano de “esforço” (100%)**, prevê a angariação de novos associados e clientes dos serviços, a par com a execução de projetos de acesso a fundos comunitários, com os quais acreditamos se poderá conseguir um resultado adicional bruto de 30.000 € e, conseqüentemente, nos permitirá acelerar as atividades de interesse para os associados (congressos, sessões de formação, grupos de trabalho, etc).

A indústria das tecnologias de informação e comunicação está em plena revolução com o fenómeno do *cloud computing* e as oportunidades que a mobilidade e o *Internet of Things* representa. Esta é a maior ameaça e a maior oportunidade para fornecedores de TI e clientes e impacta fortemente quem desenvolve e comercializa *software* ao mudar o paradigma. A ASSOFT está a procurar tudo fazer para ajudar quem desenvolve e comercializa *software* a ter sucesso, continuando a sua eterna “luta” pela defesa dos Direitos de Autor, mesmo no novo paradigma do mercado digital, da Internet e do *cloud computing*, servindo de interface com as instituições governamentais, como a Autoridade Aduaneira e Tributária, na implementação do enquadramento legal e ajudando-as a desenvolver projetos de modernização e internacionalização, com acesso a fundos comunitários.

Ambição e trabalho não nos faltam. Contando com o apoio e a confiança dos nossos associados, que nunca nos faltou, estamos certos de poer continuar a ter sucesso no triénio 2017-2019.

2.6 - Agradecimentos

Os elementos da Direção que agora vos presta contas, e que se coloca à vossa inteira disposição para o necessário julgamento, gostariam de expressar o seu especial agradecimento aos associados da ASSOFT, garantindo-lhes que continuarão a encontrar na ASSOFT o maior empenho em os servir.

Expressamos, também, aos restantes Órgãos Sociais o nosso agradecimento pela disponibilidade sempre presente nas respetivas áreas de atuação.

Aos nossos parceiros agradecemos a confiança e o apoio nas parcerias estabelecidas.

Aos colaboradores agradecemos em particular o elevado profissionalismo no desempenho das funções exercidas, num ano particularmente exigente, e expressamos o desejo de que continuem a desenvolver um bom trabalho em prol do tecido empresarial português e do país.

Algés, 05 de julho de 2018.

A Direção



3 - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

De acordo com as disposições estatutárias da nossa Associação e demais legislações em vigor, a Direção da Associação Portuguesa de Software - ASSOFT, apresentou ao Conselho Fiscal o Relatório, Balanço, Demonstração de Resultados e respetivos anexos, referentes ao exercício de 2017, os quais são da responsabilidade da referida Direção.

No exercício das suas atividades de fiscalização e de harmonia com as exigências legais, o Conselho Fiscal procedeu ao exame dos registos contabilísticos e relatórios anexos que lhe servem de suporte, tendo constatado que os elementos referidos traduzem de forma clara a atividade da Associação e que os valores contabilísticos registados satisfazem os requisitos legais e estatutários.

Manifestamos à Direção e aos Serviços da Associação o nosso agradecimento por toda a colaboração prestada no Conselho Fiscal e, nestas condições, somos de parecer:

que, tendo presente as demonstrações financeiras, aproveis o Relatório, Balanço e Contas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 apresentados pela Direção da ASSOFT.

Algés, 05 de julho de 2018

Presidente – Eng. Jorge Queiroz Machado
(em representação da ITEN Solutions)



Vogal – Eng. Jorge Sá Couto
(em representação da J.P. Sá Couto, SA)

Vogal – Eng. Jorge Batista
(em representação da Primavera Software)





(Página Intencionalmente deixada em branco)

4 – ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



P. T. d.

(Página Intencionalmente deixada em branco)

1. Identificação da entidade

ASSOFT - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOFTWARE

Natureza Jurídica: PCUP

Número de Contribuinte: 502 534 478

CAE Principal: 94995-R3

CAE Secundário: 70220-R3

Sede Social: Edifício Fernando Pessoa, Rua General Ferreira Martins, 10 -7º B, 1495-137 Algés

A Associação tem como fins:

- a) A gestão colectiva do direito de autor e dos direitos conexos em relação aos produtos de software (programas de computador) e documentação auxiliar criados e produzidos pelos seus representados;
- b) A representação de documentação auxiliar criados e produzidos pelos seus representados; b) A representação de entidades congéneres estrangeiras em território português e daquelas que representam os seus representados nos respectivos territórios nacionais, e;
- c) Complementar a promoção, a defesa e a divulgação da qualidade, da legalidade e da integridade do software em Portugal, assim como do hardware e sistemas de comunicações que lhe estejam associados.

Associação poderá promover, patrocinar e realizar por si ou em colaboração com outras instituições nacionais ou estrangeiras, todas as actividades lícitas convenientes ao objecto social e nomeadamente:

Alinea a) - Estudos de investigação científica;

Alinea b) - Conferências e congressos científicos;

Alinea c) - Cursos, acções de formação profissional e outras actividades de pedagogia e divulgação cultural;

Alinea d) Intercâmbio e cooperação com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

Alinea e) Publicações;

Alinea f) Atribuição de prémios e bolsas de estudo;

Alinea g) Informar os cidadãos, empresas e outras entidades sobre assuntos do seu interesse;

alinea h) Apoiar e desenvolver actividades no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação sempre que as mesmas se mostrem viáveis e em benefício do utilizador comum;

alinea i) Subscrever protocolos e acordos com quaisquer entidades que colaborem e prossigam os mesmos fins que a Associação;

alinea j) Intervir, sempre que para tal seja solicitada, em diferendos comerciais entre associados, entre associados e terceiros e entre não associados, podendo criar, para o efeito, órgãos de conciliação e arbitragem destinados a dirimir os conflitos de interesses surgidos entre aqueles;

alinea k) Intensificar a colaboração com empresas e/ou entidades nacionais ou estrangeiras cujo objecto consista no desenvolvimento da economia nacional;

alinea l) Filiar-se em organismos congéneres, nacionais ou internacionais, sempre que tal se justifique em função da organismos congéneres, nacionais ou internacionais, sempre que tal se justifique em função da realização dos objectivos legítimos dos seus associados;

alinea m) Defender, junto das entidades nacionais e comunitárias, os interesses legítimos dos seus associados relativos ao desenvolvimento económico nacional; e alinea n) Colaborar activamente com o Governo, a Administração Pública Central, Regional ou Local sempre que para tal seja solicitada.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), já adaptadas ao modelo NC-ESNL, para Entidades do Sector Não Lucrativo. Devem entender-se, como fazendo parte daquelas normas, as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades Sem Fins Lucrativos (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o SNC não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respectivas interpretações SIC-IFRIC. As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2017 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016.

3.Principais Políticas Contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

As presentes demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir registos contabilísticos da Empresa de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Activos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo considerado, que corresponde ao seu custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidades acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e o método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Os dispêndios com reparação, que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis, são registados como gastos do período em que são incorridos. Os dispêndios com inspecção e conservação dos activos são registados como gastos.

Activos Intangíveis

Ao activos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha recta durante a vida útil estimada dos activos fixos intangíveis. As vidas úteis e o método de amortização dos vários activos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

Imparidade de activos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um activo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse activo pertence.

A quantia recuperável do activo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas. Sempre que a quantia escriturada do activo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade". A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade", e efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos em causa e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os activos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização/depreciação do activo, calculada conforme descrito acima, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas referentes a bens adquiridos neste regime são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Instrumentos financeiros

Contas a Receber

As dívidas de Clientes e Outras contas a Receber, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registadas no activo pelo custo, deduzido de ajustamentos por imparidade (se aplicável).

No final de cada período de relato são analisadas as contas de clientes de forma a avaliar se existe alguma evidência objectiva de que não são recuperáveis. Se assim for, é de imediato reconhecida a respectiva perda por imparidade. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração a informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e de depósitos bancários à ordem.

Empréstimos e contas a pagar não correntes

Os empréstimos e as contas a pagar não correntes, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou

(ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas: (i) o montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa; (iii) os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade e (iv) a fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

Regime de Acréscimo

As receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas, à medida que são geradas e independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Diferimentos" ou "Outras contas a pagar ou a receber".

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relacionados. Todas as estimativas e suposições efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data da aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas e reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

Acontecimentos Subsequentes

Os eventos que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. Prestações de Serviços

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
Vendas e Prestações de Serviços			
72	Prestações de Serviços	756 034	851 815
721	Quotizações e outros serviços	257 034	250 815
721.1	Quotizações correntes	277 488	268 542
721.2	Ações Pirataria	0	0
725.1	Notas de Crédito	-20 454	-17 727
722	Projectos	499 000	601 000
	Intersoft	0	-30 000
722	Consultoria - Projecto Intersoft	0	0
725.2	Notas de Crédito	0	-30 000
	Microsoft	0	0
722.3	Consultoria - Projecto Microsoft	0	0
	Q Global		
722.4	Consultoria - Projecto Q Global	215 000	557 800
	Extraordinários		
722.6	Consultoria - Projectos Extraordinários	89 000	63 200
	Q Global Lisboa		
722.7	Consultoria - Projecto Q Global Lisboa	195 000	10 000
	Descontos e Abatimentos	0	0

5. Subsídios, doações e legados à exploração

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
Vendas e Prestações de Serviços			
75	Subsídios à exploração	118 733	88 858
751	Subsídios do Estado e Outras E.Públicas	118 733	88 858

6. Fornecimentos e serviços externos

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS		
622	Serviços Especializados	1 002 246	675 185
6221	Trabalhos especializados	989 792	660 567
6222	Publicidade e Propaganda	0	2 853
6223	Vigilância e segurança	22	0
6224	Honorários	12 016	11 530
6226	Conservação e reparação	117	59
6227	Serviços bancários	282	176
6228	Outros	17	0
623	Materiais	3 158	5 946
6231	Ferramentas e utensílios de desg.rápido	430	65
6232	Livros e documentação técnica	203	256
6233	Material de escritório	2 152	5 211
6234	Artigos para oferta	0	172
6238	Outros	373	241
624	Energia e Fluidos	4 354	3 759
6241	Electricidade	3 204	3 042
6243	Água	1 150	717
625	Deslocações, Estadas e Transportes	20 011	43 369
6251	Deslocações e estadas	18 615	27 665
6252	Transportes de Pessoal	0	153
6254	Kms em viatura própria	0	15 551
6255	Estacionamento	1 070	0
6256	Portagens	326	0
626	Serviços Diversos	30 612	24 606
6261	Rendas e alugueres	10 795	10 877
6262	Comunicação	13 125	10 623
6263	Seguros	4 179	2 122
6265	Contencioso e notariado	785	55
6267	Limpeza higiene e conforto	597	929
6268	Outros	1 131	0
	TOTAIS	1 060 381	752 866

7. Gastos com o pessoal

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
63	GASTOS COM O PESSOAL	150 956	186 694
632	Remunerações do Pessoal	118 406	140 084
634	Indemnizações	2 250	7 650
635	Encargos s/ Remunerações	24 094	27 560
636	Seguro acidentes trabalho/doença	723	965
638	Outros gastos c/pessoal	5 482	10 435

8. Imparidade de dívidas a receber

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
65	PERDAS POR IMPARIDADE	31 242	0
651	Em dívidas a receber		
6511	Clientes	31 242	0

O número médio de empregados da associação, ao longo do ano e no final do período findo em 31 de Dezembro foi de: 6

Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
Número médio de empregados	6	6
Número de empregados no fim do período	6	6

9. Outros rendimentos e ganhos

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
78	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	460 098	27 927
781	Rendimentos suplementares	459 123	27 927
783	Recuperação dívidas a receber	346	0
786	Outros rendimentos e ganhos	0	0
787	Alienações	392	0
788	Outros	237	0

10. Outros Gastos e Perdas

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	6 869	11 691
681	Impostos	679	2 710
6812	Impostos Indirectos	679	2 659
6813	Taxas	0	51
688	Outros	6 190	8 980
6881	Correcções relativas períodos anteriores	-432	7 380
6883	Quotizações	4 800	1 600
6887	Multas e penalidades	1 822	0
6888	Outros	0	0

11. Activos fixos tangíveis

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS	959	2 338
435	Equipamento administrativo	36 779	35 680
438	Depreciações acumuladas	-35 821	-33 342
438.5	Equipamento administrativo	-35 821	-33 342
642	Gastos Depreciação e de Amortização	2 479	2 656
642	Equipamento administrativo	2 479	2 656

12. Juros e gastos similares suportados

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
	JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS	13	73
691	Juros Suportados	13	62
698	Outros	0	11

12. Investimentos financeiros

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	480	0
41	Investimentos financeiros		
415	Outros	480	0

13. Clientes

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
21	CLIENTES	325 992	209 024
211	Clientes c/c	360 538	212 328
219	Perdas por imparidade acumuladas	-34 546	-3 304

14. Estado e Outros Entes Públicos

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
24	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS		
	ACTIVO	39 541	7 661
241	I.R.C.	0	0
242	I.R.S.	-4 428	0
243	I.V.A.	43 969	7 661
	PASSIVO	-8 624	-7 684
241	I.R.C.	0	0
242	I.R.S.	-3 692	-3 335
243	I.V.A.	-266	0
245	Segurança Social	-4 645	-4 350
248	FGCT	-22	0

15. Outras Contas a Receber e a Pagar

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR		
	Outras contas a receber	220 861	109 543
2721	Devedores por acréscimo de rendimentos	59 277	0
221	Fornecedores c/c	4 149	0
278	Outros devedores	157 436	109 543
	Outras contas a pagar	147 921	170 955
2722	Credores p/ acréscimos de gastos	91 621	36 951
2722.2	Remunerações a liquidar	18 193	18 193
2722.9	Outros acréscimos de gastos	73 428	18 758
278	Outros credores	56 300	134 005

16. Diferimentos

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
28	DIFERIMENTOS	3 863	1 681
281	Gastos a reconhecer	3 863	1 681

17. Caixa e Depósitos Bancários

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
1	MEIOS FINANCEIROS LÍQUIDOS	22 472	26 554
11	Caixa	360	333
12	Depósitos à ordem	22 113	26 222

18. Fundos patrimoniais

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
5	FUNDOS PATRIMONIAIS	217 231	134 306
51	Fundos patrimoniais	0	0
511	Fundos	0	0
56	RESULTADOS TRANSITADOS	133 306	118 686
59	Outras variações no capital próprio	1 000	1 000
594	Doações	1 000	1 000
81	Resultado líquido do período	82 926	14 620

19. Fornecedores

Nº Conta	Designação	Exercício 2017	Exercício 2016
221	Fornecedores c/correntes	244 820	43 856
2211	Fornecedores Gerais	244 820	43 856

20. Acontecimentos após a data do Balanço

Não ocorreram eventos relevantes relatáveis após a data de balanço.

Algés, 05 de julho de 2017

O Contabilista Certificado nº. 21620
António Augusto F. Telheiro

A Direção

